

CONCURSO PÚBLICO

010. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA PORTUÁRIO – ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **09**.

Com tanta coisa acontecendo no mundo, deve ser moleza arranjar assunto fresquinho para escrever. Foi o que me disseram outro dia, e me flagrei pensando: quem dera.

Recebemos uma overdose de informação, mas isso não significa que os acontecimentos sejam surpreendentes a ponto de fazer a festa dos colonistas. É leite tirado de pedra diariamente. Como ser original quando tudo se repete e repete e repete?

O Brasil inteiro está comentando a lista de convocados pelo técnico, uns o criticando, outros o absolvendo, e daqui a pouco uma nova Copa começará em que a nossa seleção terá boa chance de vencer, e alguma de perder. Já não passamos por isso antes, igualzinho?

Questões envolvendo a extradição de um criminoso, ataques sangrentos em alguns países, crise nas Bolsas de Valores, barreiras comerciais afetando a relação entre países, alerta para chuva forte, violência nas estradas. Mais do mesmo.

Atos insanos surgem aqui e ali, nos escandalizando por alguns dias, fazendo com que discutamos sobre mentes doentes e a necessidade que tantos têm de espetacularizar a própria história, e então, passado o susto, viramos a página.

Crises econômicas, conflitos religiosos, garotos matando colegas de aula, casamentos e separações de celebridades, denúncias de corrupção, tendências da moda outono-inverno, últimos capítulos de novela. O que ainda suspende a nossa respiração? O que é que ainda falta dizer? O que ainda nos deixa perplexos? Como ofertar um pouco de originalidade ao leitor? Que pretensão.

É só um desabafo: hoje os absurdos se sucedem em escala industrial e os fatos novos são como mariposas, nascem e morrem no mesmo dia. Por essas e outras, persevero no trivial, que, contrariando sua natureza, passou a ser o inusitado da vida.

(Martha Medeiros, *Feliz por nada*. Adaptado)

01. Um título que se mostra adequado a essa crônica, por captar seu tema, é:

- (A) Escrever requer muito talento.
- (B) É triste escrever sobre a humanidade.
- (C) Só a realidade vira crônica.
- (D) A dificuldade em ser original.
- (E) Não há novidade que seja consenso.

02. Assinale a alternativa em que se expressa adequadamente, nos parênteses, o sentido próprio da frase no contexto.

- (A) ... assunto fresquinho... 1º parágrafo (tema de pouca densidade...)
- (B) ... quem dera. – 1º parágrafo (tomara que assim fosse.)
- (C) É leite tirado de pedra... 2º parágrafo (É trabalho braçal...)
- (D) ... viramos a página. 5º parágrafo (Mudamos de interpretação.)
- (E) Que pretensão. 6º parágrafo (É muita vontade.)

03. A palavra que expressa o sentido da passagem do último parágrafo – ... são como mariposas, nascem e morrem no mesmo dia. – é

- (A) consequência.
- (B) continuidade.
- (C) efemeridade.
- (D) perenidade.
- (E) resiliência.

04. Observe os trechos destacados nas passagens transcritas:

Recebemos uma overdose de informação, **mas isso não significa que os acontecimentos sejam surpreendentes a ponto de fazer a festa dos colonistas.** (2º parágrafo)

Por essas e outras, persevero no trivial, que, **contrariando sua natureza**, passou a ser o inusitado da vida. (último parágrafo)

A alternativa em que o trecho está reescrito, substituindo os termos em destaque, respectivamente e com sentido compatível com o original, é:

- (A) ... entretanto isso não significa que os acontecimentos sejam tão surpreendentes que façam a festa dos colonistas.
... apesar de contrariar sua natureza...
- (B) ... contanto que isso não signifique que os acontecimentos sejam tão surpreendentes até fazer a festa dos colonistas.
... ao contrário de sua natureza ...
- (C) ... portanto isso não significa que acontecimentos sejam surpreendentes para fazer a festa dos colonistas.
... ao contrariar sua natureza...
- (D) ... logo isso não significa que os acontecimentos sejam surpreendentes mesmo que seja para fazer a festa dos colonistas.
... desde que contrarie sua natureza...
- (E) ... conforme isso não significa que os acontecimentos são surpreendentes e fazem a festa dos colonistas
... mesmo que contrarie sua natureza...

05. Assinale a alternativa que reescreve os trechos da passagem – Por essas e outras, **persevero no trivial**, que, contrariando sua natureza, passou a ser **o inusitado** da vida. – empregando, com correção e respectivamente, **antônimos** dos termos destacados.

- (A) persisto no comum ... o inútil
- (B) considero o banal ... o típico
- (C) abandono o vulgar ... o essencial
- (D) renuncio ao regular ... insustentável
- (E) desisto do incomum ... o ordinário

06. A alternativa em que, de acordo com a norma-padrão, o pronome destacado só pode ser colocado na posição em que se encontra na frase é:

- (A) ... disseram outro dia, e **me** flagrei pensando: quem dera. (1º parágrafo)
- (B) ... uns **o** criticando, outros o absolvendo... (3º parágrafo)
- (C) Atos insanos surgem aqui e ali, **nos** scandalizando por alguns dias... (5º parágrafo)
- (D) O que ainda **nos** deixa perplexos? (6º parágrafo)
- (E) ... hoje os absurdos **se** sucedem em escala industrial... (7º parágrafo)

07. Assinale a alternativa em que o acréscimo da vírgula no enunciado está de acordo com a norma-padrão.

- (A) ... deve ser moleza, arranjar assunto fresquinho para escrever...
- (B) ... os absurdos se sucedem em escala industrial, e os fatos novos são como mariposas...
- (C) ...fazendo com que discutamos, sobre mentes doentias e a necessidade que tantos têm...
- (D) O que ainda suspende, a nossa respiração?
- (E) ...uma nova Copa começará em que a nossa seleção, terá boa chance de vencer...

08. Observe os trechos destacados na passagem a seguir.

O Brasil inteiro está **comentando a** lista de convocados pelo técnico, **uns o criticando**, outros o absolvendo, e **daqui a pouco uma nova Copa começará** em que a nossa seleção terá boa chance de vencer, e alguma de perder. Já não **passamos por isso** antes, igualzinho?

A alternativa em que esses trechos estão substituídos de acordo com a norma-padrão de regência e emprego do sinal de crase é:

- (A) tecendo comentários à ... uns dirigindo críticas à ele ... estará prestes à começar uma nova Copa ... estivemos sujeitos a mesma situação
- (B) tecendo comentários a ... uns dirigindo críticas a ele ... estará prestes à começar uma nova Copa ... estivemos sujeitos a mesma situação
- (C) tecendo comentários à ... uns dirigindo críticas à ele ... estará prestes a começar uma nova Copa ... estivemos sujeitos à mesma situação
- (D) tecendo comentários a ... uns dirigindo críticas a ele ... estará prestes à começar uma nova Copa ... estivemos sujeitos à mesma situação
- (E) tecendo comentários à ... uns dirigindo críticas a ele ... estará prestes a começar uma nova Copa ... estivemos sujeitos à mesma situação

09. A passagem do texto em que as palavras estão todas empregadas em sentido próprio é:

- (A) Com tanta coisa acontecendo no mundo, deve ser moleza arranjar assunto fresquinho para escrever.
- (B) Recebemos uma overdose de informação, mas isso não significa que os acontecimentos sejam surpreendentes a ponto de fazer a festa dos colonistas.
- (C) ... fazendo com que discutamos sobre mentes doentias e a necessidade que tantos têm de espetacularizar a própria história, e então, passado o susto, viramos a página.
- (D) O que é que ainda falta dizer? O que ainda nos deixa perplexos? Como ofertar um pouco de originalidade ao leitor? Que pretensão.
- (E) ... hoje os absurdos se sucedem em escala industrial e os fatos novos são como mariposas, nascem e morrem no mesmo dia.

10. A alternativa que está redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) Mais de um brasileiro está comentando a lista de convocados pelo técnico.
- (B) Acontece muitas coisas no mundo, o que permite arranjarmos assunto para comentar.
- (C) Tantas coisas que se vê por aí não basta para escrever uma crônica.
- (D) Comenta-se muito questões envolvendo a extradição de um criminoso.
- (E) Sabemos que sempre houveram crises econômicas e conflitos religiosos.



(André Dahmer, *Quadrinhos dos anos 10*. Disponível em: <Twitter.com/malvados10.>. Acesso em 20.04.2024)

11. É correto afirmar que as falas do pai expressam,

- (A) com objetividade, um alerta sobre a possibilidade de o apreço pelas coisas materiais desaparecer.
- (B) com ênfase, um princípio moral a ser observado com atenção pelas gerações futuras.
- (C) com sarcasmo, uma lição que associa a vida adulta à experiência de situações de decepção.
- (D) com franqueza, um conselho que revela seu cuidado com o patrimônio que deixará ao filho.
- (E) com impaciência, uma advertência para que a preocupação com posses não se torne obsessiva.

12. Assinale a alternativa em que se conjugam, de acordo com a norma-padrão, os verbos “vir” e “ter”, que aparecem na tira, bem como seus derivados.

- (A) Filhos deterão mais conhecimento quando lhes convirem as orientações dos pais.
- (B) Se se detiver a pensar no que fez o pai, o filho assumirá as consequências que disso advierem.
- (C) Se nós não intervirmos, o pai não informará ao filho o que a caixa tirada do cofre contém.
- (D) Todos que virem a ter sucesso se lembrarão dos pais, pois estes detinham o saber.
- (E) É certo que convirá o sucesso aos que reterem os bons ensinamentos dos pais.

Leia o texto, para responder às questões de números 13 a 15.

O mundo bizarro dos influencers

Apesar de deplorar uma cultura em que o fenômeno do *influencer* pode alçar nulidades à fama e à fortuna, tento controlar meu desdém. Afinal, controlar os gostos e os interesses de muitos milhões de pessoas ao mesmo tempo sem saber nada sobre elas individualmente nem sobre as circunstâncias de suas vidas é muita arrogância.

Com base em que, então, eu condeno o fenômeno da cultura *influencer*? Tenho alguma razão para fazer isso além de um gosto pessoal visceral?

Talvez a existência de influenciadores de sucesso distorça e corrompa as ambições dos jovens. Isso desvia as pessoas de sonhos alcançáveis e úteis para sonhos de fama e riqueza fáceis, mas muito improváveis. Diz-se que para cada influenciador bem-sucedido existe um número desconhecido de pessoas tentando se tornar influenciadoras. Suas vidas são desperdiçadas na busca dessa utopia.

Fica a sensação de que existe diferença entre aqueles que fracassam em ambições dignas e aqueles que buscam a fama como influenciadores. Não é fácil decifrar o talento necessário para tentar ser um influenciador, além de um quê de descaramento e exibicionismo, o que, em todo caso, são características, não talentos. As reais habilidades necessárias para influenciadores de sucesso, retirados da obscuridade e alçados à fama, parecem ser modestas, para dizer o mínimo.

(Theodore Dalrymple. *Revista Oeste*, ed. de 27.01.2023. Adaptado)

13. Na opinião do autor, a cultura *influencer*

- (A) está em sua mira porque não é possível traçar o perfil dos influenciadores e dos seguidores, por comparilharem gostos.
- (B) tem o condão de alimentar objetivos dificilmente alcançáveis, o que pode desviar os jovens seguidores de metas mais atingíveis.
- (C) causa-lhe desdém pelo fato de que os influenciadores podem fazer as pessoas medíocres alcançarem fama.
- (D) propõe que os influenciadores transformem sua forma de exibição pública no sucesso que só os desavergonhados têm.
- (E) repudia as críticas aos influenciadores, reconhecendo que são pessoas que cultivam a modéstia, por isso atingem a fama.

14. A afirmação do texto com a qual o autor busca minimizar sua contundência na crítica à cultura *influencer* é:

- (A) ... tento controlar meu desdém. (1º parágrafo)
- (B) ... um gosto pessoal visceral? (2º parágrafo)
- (C) Suas vidas são desperdiçadas... (3º parágrafo)
- (D) ... um quê de descaramento e exibicionismo... (4º parágrafo)
- (E) ... para dizer o mínimo. (4º parágrafo)

15. Assinale a alternativa que dá sequência ao enunciado, de acordo com a norma-padrão de emprego dos pronomes e em compatibilidade com o sentido do texto.

Talvez a existência de influenciadores de sucesso distorça e corrompa as ambições dos jovens,

- (A) o que lhes conduz à escolha de rumos pouco adequados, cujos são alimentados pelos demais.
- (B) coisa que os leva a crer no sucesso destes, para ver ele concretizado em sua própria vida.
- (C) alimentando naqueles a ilusão de fama e riqueza, a qual os foi proporcionada pela visibilidade.
- (D) o que faz com que estes percam de vista seus objetivos, diante da expectativa de repetir o sucesso daqueles.
- (E) apesar deles entenderem que a fama, que a obtenção é difícil, não pode alcançar-lhes.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

16. Um produto sofreu as seguintes alterações sucessivas de um preço inicial P:

- Redução de 3%
- Aumento de 2%
- Aumento de 100%

Um único número decimal que deve ser utilizado para multiplicar o preço P de modo a obter o novo preço após essas três alterações é:

- (A) 2,0124.
- (B) 1,99.
- (C) 1,9788.
- (D) 1,95.
- (E) 1,9436.

17. Os dois membros de um casal trabalham fora e recebem em determinado mês a quantia, líquida, de respectivamente R\$ 8.500,00 e R\$ 6.500,00. Segue uma tabela com os gastos que eles tiveram neste determinado mês.

Despesas do mês em reais			
Despesas 1		Despesas 2	
Eletricidade	350	Alimentação	600
Água	190	Manutenção	200
Aluguel	1800	Transporte	640
Escola	1500	Prestação carro	1200

Nesse mês, as despesas da coluna Despesas 1 foram pagas pelo membro do casal que recebeu menos, e as despesas da coluna Despesas 2 foram pagas pelo outro membro do casal. O combinado entre eles é que as despesas fossem pagas de modo proporcional ao que cada um havia recebido e se houvesse diferença, a parte devedora deveria ressarcir ao outro.

Nesse caso, um dos membros pagou mais do que devia, e o outro membro deve devolver para ele a quantia de

- (A) R\$ 1.256,00.
- (B) R\$ 1.152,00.
- (C) R\$ 1098,00.
- (D) R\$ 1.032,00.
- (E) R\$ 988,00.

18. Um indivíduo generoso carregava um saco com L laranjas. Encontra-se com um amigo e lhe dá a terça parte das laranjas que tem no saco e ainda mais 3 laranjas. Segue sua jornada, e para um morador de rua que pedia ajuda lhe dá duas terças partes das laranjas que estão no saco e ainda mais 2 laranjas. Mais adiante, encontra algumas crianças e dá a elas metade das laranjas que estão no saco e ainda mais meia laranja. Após essas doações, o indivíduo generoso chega em casa e verifica que restaram no saco uma dúzia e meia de laranjas.

O número L de laranjas que o indivíduo generoso tinha no saco é um número entre

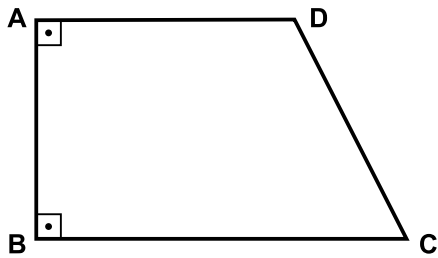
- (A) 172 e 178.
- (B) 178 e 184.
- (C) 184 e 190.
- (D) 190 e 196.
- (E) 196 e 202.

19. A verba de R\$ 475.000,00 deve ser distribuída para projetos em 3 bairros de um município. A distribuição será feita de forma diretamente proporcional a população de crianças abaixo de 10 anos em cada um desses bairros. Sabendo que essas populações são tais que a população do bairro A é uma vez e meia a do bairro B e que a população do bairro C é duas terças partes da do bairro B, a diferença entre a verba a ser destinada ao bairro A e a verba a ser destinada ao bairro C é igual a

- (A) R\$ 195.000,00.
- (B) R\$ 175.000,00.
- (C) R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 125.000,00.
- (E) R\$ 100.000,00.

Para responder às questões de números **20** e **21**, utilize o texto e a figura a seguir.

Para fazer uma horta em um colégio, foi planejada a demarcação de uma área em forma de um trapézio retângulo conforme mostra a figura a seguir, com as seguintes medidas: $AB = 12$ m; $AD = 13$ m; $BC = 18$ m.



(Figura fora de escala)

Antes da execução, o projeto foi modificado com a expansão do lado AD em mais 5 m (no sentido de A para D) e a expansão do lado BC em mais 9 m (no sentido de B para C) mantendo-se o formato de trapézio retângulo.

- 20.** Com essas alterações no projeto da horta, a razão entre a área modificada e a área inicial é um número entre
- (A) 140% e 142%.
 - (B) 142% e 144%.
 - (C) 144% e 146%.
 - (D) 146% e 148%.
 - (E) 148% e 150%.
- 21.** As alterações no projeto geraram um aumento da medida do contorno da horta em um valor igual a
- (A) 2 m.
 - (B) 5 m.
 - (C) 9 m.
 - (D) 14 m.
 - (E) 16 m.
- 22.** Um empreiteiro sabe que 3 pintores trabalhando 5 horas por dia durante 4 dias pintam 750 m^2 de paredes. Trabalhando de modo proporcional a esses pintores, a metragem quadrada de paredes que 5 pintores trabalhando 4 horas por dia durante 6 dias podem pintar é igual a
- (A) 950.
 - (B) 1280.
 - (C) 1500.
 - (D) 1650.
 - (E) 1720.

23. Um relógio atrasa 24 segundos a cada 40 minutos. Esse relógio foi acertado às 9 horas de um determinado dia. Exatamente às 15 horas e 20 minutos desse mesmo dia, o visor desse relógio que atrasa estará marcando
- (A) 15 : 17 : 48.
 (B) 15 : 17 : 24.
 (C) 15 : 16 : 48.
 (D) 15 : 16 : 12.
 (E) 15 : 16 : 08.

Para responder às questões de números **24** e **25**, utilizar o texto e a tabela a seguir.

A tabela mostra a avaliação dos atendentes, dada por clientes, em valores que variam de 1 a 10.

Avaliação dos atendentes					
Atendente	Avaliação	Atendente	Avaliação	Atendente	Avaliação
A	6	F	3	K	9
B	2	G	2	L	4
C	1	H	6	M	10
D	9	I	10	N	2
E	4	J	2	O	8

24. O coordenador dos atendentes ficou preocupado com os resultados ao verificar a diferença entre a média aritmética e a mediana desses dados.

Essa diferença é igual a

- (A) 0,8.
 (B) 0,9.
 (C) 1,0.
 (D) 1,1.
 (E) 1,2.
25. Para divulgar os resultados da avaliação, o coordenador construiu um gráfico de setores circulares (pizza). Foram construídos quatro setores circulares: um setor para as avaliações 1 e 2 cuja soma é 9, outro setor circular com as avaliações 3 e 4 cuja soma é 11, outro setor com as avaliações 6 e 8 cuja soma é 20 e um último setor com as avaliações 9 e 10 cuja soma é 38. A medida em graus de cada um desses setores é proporcional à soma obtida pelas avaliações em cada um dos grupos mencionados.
- Dessa maneira, é correto afirmar que a medida do setor circular que representa a soma das avaliações 9 e 10 é um número entre
- (A) 175° e 176° .
 (B) 176° e 177° .
 (C) 177° e 178° .
 (D) 178° e 179° .
 (E) 179° e 180° .

Leia o texto para responder às questões de números 26 a 30.

An introduction to Strategic Management

Strategic Management is all about identification and description of the strategies that managers can carry to achieve better performance and a competitive advantage for their organization. An organization is said to have competitive advantage in case its profitability is higher than the average profitability for all companies in its industry.

Strategic management can also be defined as a bundle of decisions and acts which a manager undertakes and which decides the result of the firm's performance. The manager must have a thorough knowledge and analysis of the general and competitive organizational environment to take right decisions.

The managers should conduct a SWOT Analysis (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) in order to make the best possible utilization of strengths, minimize the organizational weaknesses, make use of arising opportunities from the business environment. They should not ignore the threats either.

Strategic management is nothing but planning for both predictable as well as unfeasible contingencies. It is applicable to both small and large organizations as even the smallest organization faces competition and, by formulating and implementing appropriate strategies, they can attain sustainable competitive advantage. It is a way in which a strategist sets the objectives and proceeds about attaining them. It deals with making and implementing decisions about future direction of an organization. It helps us to identify the direction in which an organization is moving.

(www.managementstudyguide.com/strategic-management.htm. Adaptado)

26. According to the first paragraph, one of the aims of strategic management is to

- (A) prepare managers to improve their personal performance for a future promotion.
- (B) identify the right clients and competitors that may produce results.
- (C) obtain competitive advantage for the company in the market it operates.
- (D) describe the products and services to impress the future clients.
- (E) enlarge the market share in the industry just by lowering costs and prices.

27. No trecho do primeiro parágrafo – ...**in case** its profitability is higher than the average profitability for all companies in its industry. – a expressão destacada em negrito indica uma

- (A) explicação.
- (B) condição.
- (C) comparação.
- (D) resultado.
- (E) exemplificação.

28. According to the second and third paragraphs, good results of a company are attributed to

- (A) competition in the organizational environment.
- (B) the intuitive utilization of strengths.
- (C) two or three elements of the SWOT analysis.
- (D) correct decisions an informed manager makes.
- (E) the avoidance of threats, transforming them into opportunities.

29. No trecho do segundo parágrafo – The manager **must** have a thorough knowledge... – o termo destacado em negrito pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) has to.
- (B) may.
- (C) used to.
- (D) could.
- (E) would.

30. No trecho do quarto parágrafo – **It** is a way in which a strategist sets the objectives and proceeds about attaining them. – o termo destacado em negrito refere-se, no contexto, a

- (A) competitive advantage.
- (B) strategist.
- (C) future direction.
- (D) organization.
- (E) strategic management.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICO-PORTUÁRIA

31. Um dos princípios da Administração Pública brasileira é o de que não há relação de subordinação, mas de vinculação, entre a administração direta e a administração indireta. Esse princípio é denominado
- (A) autotutela.
 - (B) impessoalidade.
 - (C) indisponibilidade do interesse público.
 - (D) razoabilidade e proporcionalidade.
 - (E) tutela administrativa.
32. Na Administração Pública brasileira, as empresas públicas
- (A) integram a administração pública direta.
 - (B) estão inseridas, juntamente às fundações públicas, no conceito mais amplo de empresas estatais.
 - (C) são constituídas preferencialmente, não obrigatoriamente, pela forma de sociedade anônima.
 - (D) são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público.
 - (E) são constituídas por capital público e privado, assim como as sociedades de economia mista.
33. Recentemente, no ano de 2021, a mudança que alterou sensivelmente a Lei de Improbidade Administrativa, em vigor no Brasil desde 1992, compreende que
- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza passou a ser incluído nos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.
 - (B) permitir ou facilitar aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado passou a ser incluído nos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.
 - (C) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço passou a ser incluído nos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.
 - (D) o mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
 - (E) constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
34. Os agentes públicos administrativos (ou servidores públicos em sentido lato) contratados por meio de concursos públicos por empresas públicas, a exemplo do Especialista Portuário - Administrador,
- (A) ocupam cargo público efetivo, com direito à estabilidade após decorridos três anos de efetivo exercício.
 - (B) por serem empregados públicos, percebem Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
 - (C) ocupam cargo temporário, pois, assim que contratados, são agentes temporários, situação que perdura até o fim do estágio probatório.
 - (D) contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), como regra.
 - (E) são servidores públicos submetidos ao regime estatutário, portanto, entre outros benefícios, fazem jus à licença-prêmio.
35. Em se tratando de licitação e contratação de obras e serviços por empresas públicas, a contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material, é denominada
- (A) contratação por tarefa.
 - (B) empreitada por preço unitário.
 - (C) empreitada por preço global.
 - (D) empreitada integral.
 - (E) contratação semi-integrada.
36. Configura-se como um dos casos de dispensa de licitação para as empresas públicas
- (A) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
 - (B) contratação de serviço técnico especializado relativo a estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, com profissionais ou empresas de notória especialização.
 - (C) aquisição de peças de origem estrangeira necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, desde que tal condição de exclusividade seja indispensável para a vigência da garantia.
 - (D) contratação de serviço técnico especializado relativo a pareceres, perícias e avaliações em geral, com profissionais ou empresas de notória especialização.
 - (E) aquisição de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

37. Caso não seja possível à empresa pública conceder o acesso imediato à informação e em prazo não superior a 20 dias não conseguir atender ao requerente, tal prazo poderá ser prorrogado, mediante justificativa expressa da qual será cientificado o requerente, por mais

- (A) 7 dias.
- (B) 3 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 8 dias.

38. De acordo com a Lei dos Portos, a administração do porto organizado poderá pactuar com o interessado na movimentação de cargas com mercado não consolidado o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, o que dispensa a realização de licitação. Esse contrato de uso temporário terá como prazo improrrogável de duração até

- (A) 48 meses.
- (B) 24 meses.
- (C) 36 meses.
- (D) 18 meses.
- (E) 12 meses.

39. De acordo com a Lei nº 10.233/2001, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) possui independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes, elementos característicos de seu regime de

- (A) autarquia comum.
- (B) fundação.
- (C) empresa pública.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) autarquia especial.

40. Sobre os controles da Administração Pública, é correto afirmar que o controle

- (A) administrativo permite anular seus próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos ou revogá-los quando ilegais.
- (B) legislativo envolve os controles político e financeiro.
- (C) externo possui como titulares os tribunais de contas, que são auxiliados pelo poder legislativo de cada ente federativo.
- (D) social pode ocorrer por meio de consultas e audiências públicas, apenas.
- (E) judicial é responsável por controlar, além da legalidade, a conveniência e a oportunidade de um ato administrativo, como regra.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Assinale a alternativa correta a respeito do controle de constitucionalidade brasileiro à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- (A) Salvo na ação declaratória de constitucionalidade, a jurisprudência do STF tem atribuído caráter vinculante ao provimento cautelar outorgado em sede de controle abstrato.
- (B) Em sede de controle normativo abstrato, há a possibilidade de o prazo recursal ser computado em dobro, desde que a parte recorrente disponha dessa prerrogativa especial nos processos de índole subjetiva.
- (C) Há impedimento e consequente impossibilidade de participação de ministro do STF, que atuou no TSE, no julgamento de ação direta ajuizada em face de ato emanado daquela alta corte eleitoral.
- (D) O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade está sujeito à observância do mesmo prazo prescricional ou decadencial do respectivo direito a ser tutelado pela parte autora.
- (E) O STF tem entendido que apenas as confederações sindicais têm legitimidade ativa para requerer ação direta de inconstitucionalidade, excluídas as federações sindicais e os sindicatos nacionais.

42. Considerando o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal a respeito da legislação do mandado de segurança, é correto afirmar que é constitucional a norma que

- (A) proíbe a concessão de liminar para compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- (B) dispõe que não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- (C) condiciona a concessão de liminar, no *writ* coletivo, a oitiva do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- (D) veda a concessão de liminar para reclassificação ou equiparação de servidores públicos e concessão de aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- (E) veda ao magistrado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

43. Considerando as atribuições do Tribunal de Contas da União (TCU), na hipótese de o órgão de contas constatar uma falta de natureza formal numa prestação de contas de um ente público, é correto afirmar que o Tribunal, nessa situação hipotética, deverá julgar as respectivas contas
- (A) irregulares, ainda que não tenha ocorrido dano ao Erário.
 - (B) regulares, desde que não tenha ocorrido dano ao Erário.
 - (C) irregulares, independentemente de eventual dano ao Erário.
 - (D) regulares, com ressalva, se não houve dano ao Erário.
 - (E) regulares, com ressalva, se houve dano ao Erário.
44. Afrânio é empregado da empresa pública “ABC”, admitido por concurso público. Todavia, a sua empregadora pretende dispensá-lo, por motivos de cortes no seu orçamento. Nessa hipótese, caso a demissão se concretize e Afrânio venha a discutir o seu desligamento judicialmente, alegando violação da Constituição Federal pelo ato de sua dispensa, com base no atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a demissão
- (A) poderá ocorrer, ainda que sem justa causa, sem necessidade de instauração de processo administrativo, desde que as razões da dispensa sejam devidamente motivadas e indicadas claramente em ato formal.
 - (B) poderá ocorrer por justa causa, devidamente apurada, ou, sem justa causa, com expressa motivação, mas, em qualquer caso, deverá ser instaurado o competente processo administrativo, com a oportunidade de ampla defesa e contraditório.
 - (C) poderá ocorrer, sem justa causa, sem necessidade de processo administrativo ou motivação, uma vez que os empregados públicos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho que, também, regem os empregados da iniciativa privada.
 - (D) poderá ocorrer, sem justa causa, desde que a empresa ABC seja uma pessoa jurídica que atue, exclusivamente, na exploração de atividade econômica, não sendo necessário expor as razões da dispensa ou instaurar processo administrativo.
 - (E) não poderá ocorrer, sem justa causa, se a empresa “ABC” for uma pessoa jurídica prestadora de serviços públicos, tendo em vista que os seus empregados gozam da garantia constitucional da estabilidade.
45. Tendo em vista as disposições constitucionais a respeito da seguridade social, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma das formas de seu financiamento se dá por meio de contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.
 - (B) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, sendo a gestão de seus recursos centralizada no Ministério da Fazenda.
 - (C) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo quando permitida expressamente pelo poder público mediante depósito de garantia no valor do seu débito.
 - (D) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, sendo vedada, ainda, a instituição de outras fontes destinadas à manutenção ou expansão da seguridade social, além daquelas previstas expressamente no texto constitucional.
 - (E) O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, sendo vedado o agrupamento de contribuições.
46. Sirlei está prestes a firmar contrato de prestação de serviços com uma empresa pública, mas, ao mesmo tempo, está concorrendo a uma vaga como deputada na Câmara Federal. Na hipótese de ser vir a ganhar as eleições para assumir o respectivo mandato eletivo, a Constituição Federal estabelece que Sirlei
- (A) estará impedida de firmar o ajuste, a partir da data da sua diplomação para o mandato eletivo, ainda que o contrato obedeça a cláusulas uniformes.
 - (B) estará impedida de firmar o ajuste, a partir da data da sua posse na Casa Legislativa, salvo se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
 - (C) poderá firmar o ajuste, independentemente da data que assumir o mandato, desde que esse obedeça a cláusulas uniformes.
 - (D) poderá manter o contrato, se esse já estiver assinado quando ela for diplomada no mandato eletivo.
 - (E) deverá formalizar o contrato se o ajuste já tiver sido formalizado quando da sua posse na Câmara dos Deputados, ainda que o contrato obedeça a cláusulas uniformes.

47. Com relação à prescrição das ações judiciais em face das empresas públicas, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o seu prazo é de
- (A) cinco anos, para as prestadoras de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.
 - (B) cinco anos, independentemente do tipo de serviço ou atividade por ela exercida.
 - (C) cinco anos, para as empresas exploradoras de atividade econômica.
 - (D) dez anos, para as prestadoras de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.
 - (E) dez anos, independentemente do tipo de serviço ou atividade por ela exercida.
48. A Lei dos Consórcios Públicos estabelece que os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) o contrato de rateio não poderá ter prazo de vigência superior a um exercício financeiro.
 - (B) os recursos recebidos deverão ser destinados ao atendimento de despesas genéricas do consórcio.
 - (C) é vedada a aplicação dos recursos para transferências ou operações de crédito do consórcio.
 - (D) os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio.
 - (E) a execução das receitas e despesas do consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades privadas.
49. Segundo o disposto na Lei nº 14.133/2021, a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele
- (A) deverá comprovar a existência jurídica da pessoa, além da sua capacidade técnica e a sua idoneidade.
 - (B) deverá vir acompanhada de certidões que comprovem a sua regularidade fiscal perante os órgãos municipais, estaduais e federais.
 - (C) incluirá certidões negativas de débitos perante o ente federativo que for responsável pelo respectivo procedimento licitatório.
 - (D) limitar-se-á comprovar a sua condição de regularidade tributária por meio da juntada de certidão negativa da Secretaria da Receita Federal.
 - (E) limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

50. Segundo o que dispõe a Lei nº 13.303/2016, assinale a alternativa que contempla hipótese em que é dispensável a realização de licitação por empresas públicas.
- (A) Para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
 - (B) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente inferiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, salvo para aquisição de serviços de propaganda e publicidade.
 - (C) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, sendo dispensada a exigência de avaliação prévia, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.
 - (D) Na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distraito, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
 - (E) Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou fornecidos por país estrangeiro, que envolvam alta complexidade tecnológica ou especialização técnica, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da empresa pública ou da sociedade de economia mista.
51. A pessoa jurídica empresarial “Alpha” foi regular e formalmente incorporada pela empresa “Omega”, não se tratando de simulação nem de fraude. Considerando o disposto na Lei nº 12.846/2013, que trata da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, na situação hipotética narrada, no tocante à responsabilidade da empresa “Omega”, é correto afirmar que
- (A) será integral e solidária, com a empresa “Alpha”, abrangendo, inclusive o patrimônio da incorporadora, que será responsabilizada por todos os fatos ocorridos antes e depois da incorporação.
 - (B) será solidária com a empresa “Alpha”, limitada à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, sendo ambas responsáveis por todos os fatos ocorridos antes e depois da incorporação.
 - (C) será limitada aos fatos ocorridos antes da data da incorporação, mas abrangerá toda e qualquer obrigação da empresa “Alpha”, podendo o seu patrimônio responder pelas obrigações da empresa incorporada.
 - (D) será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, considerados os fatos ocorridos antes e depois da data da incorporação.
 - (E) será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, considerados os fatos ocorridos antes da data da incorporação.

52. A respeito da multa e das sanções a serem aplicadas em decorrência de ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 estabelece que:

- (A) a multa pode ser aumentada em até três vezes, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o seu valor seria ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.
- (B) na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- (C) a sanção de proibição de contratação com o poder público não poderá extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- (D) as sanções previstas na lei poderão ser executadas provisoriamente, a fim de que haja maior celeridade e eficácia na recomposição dos danos causados ao erário.
- (E) se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano será independente e não poderá deduzir o ressarcimento ocorrido em outras instâncias, ainda que tenha por objeto os mesmos fatos.

DIREITO CIVIL

53. No dia 2 de março de 2020, Gabriela, fotógrafa autônoma, estava aguardando o farol de pedestres abrir para atravessar a rua quando os carros de Alessandro e de Marco colidiram, atingindo-a. Gabriela precisou ficar três meses internada para se recuperar do acidente. Considerando os gastos com hospital e os lucros cessantes relativos a todos os ensaios fotográficos que deixou de realizar, Gabriela decide propor ação de reparação de danos. No entanto, ela não sabe quem foi o culpado pelo acidente. No dia 08 de abril de 2020 foi proposta, perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Santos, ação criminal que busca identificar o culpado pelo acidente. No dia 06 de outubro de 2021, os réus foram citados e, após o regular transcurso processual, foi prolatada a sentença definitiva no dia 14 de março de 2024, que ainda não transitou em julgado. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o prazo prescricional de três anos para Gabriela propor a pretensão relativa à reparação civil tem início

- (A) no dia 2 de março de 2020, data do acidente.
- (B) no dia 8 de abril de 2020, data da propositura da ação penal.
- (C) no dia 6 de outubro de 2021, data em que os réus foram citados.
- (D) no dia 14 de março de 2024, data da sentença definitiva na ação penal.
- (E) na data do eventual trânsito em julgado da ação penal.

54. Lucas é francês e atualmente é domiciliado na Bélgica. Em viagem para a Espanha, decide mudar de vida e conhecer o Chile, mas como o voo faz uma escala no Brasil, Lucas decide ficar no Brasil por dois dias para conhecer o país. Quanto aos bens móveis que estão em posse de Lucas, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, aplica-se a lei do(a)

- (A) França.
- (B) Bélgica.
- (C) Espanha.
- (D) Brasil.
- (E) Chile.

55. Betina e Bernardo eram vizinhos e moravam na cidade de Santos. No início do mês de maio, Betina comprou a moto de Bernardo pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se obrigando a pagar o valor até o dia 10 de junho. No dia 15 de maio, Bernardo foi transferido, por motivos profissionais, para a cidade de Osasco, tendo que desocupar a casa em que morava imediatamente, razão pela qual firmou com Betina um contrato de depósito, no qual deixou sob sua guarda, mesa, sofá e utensílios domésticos pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser pago no dia 20 de junho. Ainda, aproveitando a confiança que tinha em Betina, Bernardo a contratou para pintar a casa, combinando o pagamento para o dia 25 de junho, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser recebido na cidade de Osasco. No dia 30 de junho, nenhuma das três dívidas havia sido paga. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Betina apenas pode compensar com Bernardo a dívida relativa à pintura da casa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), restando devedora de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), descontadas as despesas necessárias à operação.
- (B) Não é possível a compensação de nenhuma das dívidas, uma vez que a diferença de causa nas dívidas impede a compensação.
- (C) Somente seria possível a compensação das dívidas se todas elas fossem pagáveis no mesmo local.
- (D) É possível a compensação de todas as dívidas, restando um saldo devedor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para Betina pagar a Bernardo.
- (E) Considerando que Betina é obrigada por duas dívidas compensáveis, cabe a Bernardo escolher qual delas irá compensar primeiro.

56. Sra. Helena, uma senhora de 72 anos, viúva e sem filhos, vive sozinha em um amplo apartamento na beira da praia que herdou de seu falecido marido. Com o passar do tempo, a Sra. Helena enfrenta dificuldades financeiras para pagar as despesas com o apartamento, mas por ter herdado do seu falecido marido, não quer se desfazer das boas lembranças que ali tem. Sabendo que há interessados em comprar o seu apartamento e em busca de uma alternativa, a Sra. Helena consulta um advogado especialista em direito imobiliário que sugere a inclusão de uma cláusula de retrovenda no contrato de venda do apartamento. A venda é realizada por meio de um contrato particular, registrado em cartório, sem a presença de testemunhas, no qual a cláusula foi devidamente inserida. Dois anos após a venda, Sra. Helena, tendo recebido uma herança de sua irmã, decide recobrar o imóvel. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Sra. Helena não poderá reaver o imóvel, uma vez que a cláusula de retrovenda, para ter validade, deve ser assinada na presença de duas testemunhas.
- (B) Sra. Helena não poderá reaver o imóvel, uma vez que o prazo máximo para exercer o direito de retrovenda é decadencial de um ano.
- (C) Sra. Helena poderá reaver o imóvel, uma vez que o prazo máximo para exercer o direito de retrovenda é prescricional de três anos.
- (D) Sra. Helena poderá reaver o imóvel restituindo apenas o preço recebido.
- (E) Sra. Helena poderá reaver o imóvel, desde que restitua o preço recebido e reembolse as despesas que se efetuaram com a sua autorização escrita ou para a realização de benfeitorias necessárias.

57. Acerca da posse e detenção, assinale a alternativa correta.

- (A) O detentor apenas retém a coisa em nome e a favor de outrem, sendo um exemplo de detentor o usufrutuário de um imóvel.
- (B) Se houver dúvida se uma pessoa é detentora ou possuidora, há presunção relativa de que é possuidora.
- (C) A detenção pode se converter em posse, quando o detentor age em contradição aos interesses do titular da posse, descumprindo suas instruções e rompendo o vínculo de subordinação.
- (D) O rompimento do vínculo de subordinação entre detentor e possuidor é uma situação de direito que depende da manifestação da vontade.
- (E) No caso de pessoa jurídica, o titular de órgão de pessoa jurídica é o detentor da posse.

58. Rosa e Tadeu eram casados e moravam na cidade de Santos. Após alguns anos de casamento, tiveram um filho chamado Daniel. Quando Daniel completou 6 anos, eles decidiram se divorciar. Tadeu se mudou para Araraquara em razão de um novo relacionamento e Rosa e Daniel permaneceram residindo em Santos. Em razão da ausência de auxílio financeiro para a sua criação, Daniel, representado por sua mãe Rosa, propôs ação requerendo o pagamento de alimentos no valor de um salário-mínimo. A ação foi proposta perante a Vara de Família de Araraquara e Tadeu foi devidamente citado. Diante da situação hipotética, de acordo com a legislação em vigor e o atual entendimento dos tribunais superiores, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de uma hipótese de competência absoluta, que deverá ser alegada por Tadeu na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.
- (B) Tadeu poderá alegar a incompetência relativa em preliminar de contestação ou em autos apartados, desde que o faça no mesmo prazo para apresentação da contestação.
- (C) caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- (D) caso Tadeu alegue incompetência, o juiz ouvirá manifestação de Daniel e, no prazo de trinta dias, decidirá a alegação de incompetência.
- (E) o Ministério Público poderá alegar incompetência relativa, assim como o magistrado poderá conhecê-la, independentemente de provocação.

59. Tânia e Leandro estão casados há doze anos e não tiveram filhos. Em razão de uma crise de ciúmes provocada pelo trabalho de Leandro, Tânia decide propor ação de divórcio. Acerca da ação de divórcio, é correto afirmar que

- (A) os atos processuais serão públicos, uma vez que não há interesse de menor envolvido.
- (B) o direito de pedir certidão do dispositivo da sentença é restrito às partes e aos seus procuradores.
- (C) o processo pode tramitar em segredo de justiça desde que mediante requerimento fundamentado das partes.
- (D) o direito de consultar os autos do processo é restrito apenas às partes e aos seus procuradores.
- (E) qualquer cidadão poderá requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de partilha resultantes do divórcio.

60. Assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento atual dos Tribunais Superiores acerca do Agravo de Instrumento.

- (A) Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.
- (B) Não é cabível agravo de instrumento da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.
- (C) A ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada é óbice ao conhecimento do Agravo de Instrumento.
- (D) O rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil (CPC) é taxativo, não se admitindo a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- (E) É admissível a interposição de agravo de instrumento para a decisão interlocutória que rejeita a inversão do ônus da prova, mas não para a que a defere.

61. No processo de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos, o relator poderá

- (A) admitir, desde que mediante requerimento motivado, manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e consoante dispuser o regimento interno.
- (B) fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, com a finalidade de instruir o procedimento.
- (C) requisitar informações aos tribunais inferiores a respeito da controvérsia que deverão ser enviadas no prazo máximo de trinta dias.
- (D) intimar o Ministério Público para se manifestar apenas nos casos em que deva intervir como fiscal da ordem jurídica.
- (E) incluir em pauta o julgamento que deverá ocorrer com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam mandado de segurança.

62. A respeito da ação de dissolução parcial da sociedade, havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, é correto afirmar que:

- (A) o juiz deverá abrir prazo para o contraditório.
- (B) observar-se-á o procedimento comum para a realização da liquidação.
- (C) o juiz decretará a dissolução após manifestação favorável do membro do Ministério Público.
- (D) haverá condenação em honorários advocatícios no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do capital social.
- (E) as custas serão rateadas segundo a participação das partes no capital social.

63. Acerca da coisa julgada nas ações coletivas, pode-se corretamente afirmar que:

- (A) em caso de improcedência do pedido, nas ações que versem sobre direitos individuais homogêneos, os interessados que não tiverem intervido no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.
- (B) os autores de ações individuais beneficiam-se dos efeitos *erga omnes* das ações coletivas, no caso de direitos coletivos, desde que as ações corram em paralelo e sejam reunidas antes da sentença.
- (C) no caso de ações coletivas que versem sobre direitos difusos, se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, qualquer legitimado poderá intentar outra ação, desde que com base em novo fundamento e nova prova.
- (D) nas ações que versem sobre direitos coletivos, os efeitos da coisa julgada prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.
- (E) os efeitos da sentença proferida nas ações coletivas prevalecem em relação às decisões proferidas em processos individuais, independentemente do resultado.

64. Pode-se corretamente afirmar que nas ações coletivas:

- (A) haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e outras despesas, salvo decisão judicial em sentido contrário, em razão da hipossuficiência do postulante.
- (B) haverá, para a parte sucumbente, o dever de pagamento de honorários advocatícios e custas, salvo decisão judicial em sentido contrário, em razão da hipossuficiência do postulante.
- (C) em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- (D) poderá haver denúncia da lide visando obter o ressarcimento dos diretores responsáveis pela propositura da ação coletiva, em caso de litigância de má-fé.
- (E) a legitimidade das associações, para postular em juízo, subordina-se aos requisitos prévia constituição há, no mínimo, 6 (seis) meses e autorização em assembleia de associados.

- 65.** Acerca das liminares no mandado de segurança, tendo em vista a legislação vigente, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode-se corretamente afirmar que:
- (A) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
 - (B) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
 - (C) a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
 - (D) as liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.
 - (E) da decisão do presidente do tribunal que suspende a liminar caberá agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.
- 66.** Foi aprovada pela Câmara de Vereadores do Município X, na área urbana consolidada, lei municipal que definiu a Área de Preservação Permanente em extensão inferior à prevista na legislação federal. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei municipal não poderia ter deliberado sobre o assunto, privativo da legislação federal.
 - (B) Poderia a lei municipal ter aumentado a extensão da Área de Preservação Permanente, mas não poderia ter realizado a redução.
 - (C) A lei é válida, caso tenham sido ouvidos os conselhos estadual e municipal de meio ambiente.
 - (D) Somente lei estadual poderia ter tratado da matéria.
 - (E) A redução proposta pela lei somente terá validade nas áreas que já se encontram ocupadas de forma consolidada e reversível.

- 67.** Relativamente aos princípios, fontes e métodos de interpretação do direito do trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito comum não é fonte subsidiária do direito do trabalho.
 - (B) Em razão do princípio da primazia da realidade, os enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho poderão ser considerados como instrumentos aptos a criar obrigações que não estejam previstas em lei.
 - (C) Existindo lacuna normativa, as decisões judiciais ou administrativas, no âmbito trabalhista, podem ser proferidas com fulcro nos princípios do direito do trabalho, sendo proibido o uso de equidade ou analogia com o direito comum.
 - (D) A partir da reforma trabalhista promovida pela Lei nº 13.467, de 2017, restou mitigado o princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.
 - (E) As Súmulas editadas pelo Tribunal Superior do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.
- 68.** Sobre o regime de trabalho nos portos organizados, assinale a alternativa correta com base no que dispõe a Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965.
- (A) Na fixação do regime de trabalho de cada porto os horários de trabalho poderão ser estabelecidos em um ou dois períodos de serviço, sendo considerado diurno entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas.
 - (B) Para os serviços de capatazia, cada período será composto de 2 (dois) turnos de 3 (três) horas, separados por um intervalo de até 1 (uma) hora para refeição e descanso.
 - (C) Todos os servidores ou empregados dos portos são obrigados à prestação de até 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho ordinário por semana.
 - (D) Além das horas ordinárias a que está obrigado, os servidores ou empregados deverão prestar serviço extraordinário quando for determinado, respeitadas as horas destinadas à refeição e descanso.
 - (E) O intervalo interjornada dos servidores ou empregados dos portos deve ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

- 69.** Relativamente ao adicional de riscos instituído pela Lei nº 4.860, de 1965, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, assinale a alternativa correta.
- (A) Será devido adicional de insalubridade de 20% para risco baixo, 40% para risco moderado e 60% para risco alto, incidente sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno.
 - (B) Será devido adicional de periculosidade de 30% incidente sobre o valor do salário-hora ordinário do período noturno.
 - (C) O adicional de riscos relativos à periculosidade será incorporado ao salário do empregado ou servidor após 10 anos de efetiva exposição ao risco.
 - (D) O adicional de risco será devido, somente, enquanto não forem removidas ou eliminadas as causas de risco.
 - (E) Havendo acumulação de riscos relativos à insalubridade e periculosidade, será devido o adicional de riscos calculado na base de 50% do valor do salário-hora ordinário do período noturno.
- 70.** Acerca das competências da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na CLT e na Constituição Federal.
- (A) Ao Pleno dos Tribunais Regionais do Trabalho compete processar e julgar os agravos de petição e de instrumento.
 - (B) No âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, quando divididos em Turmas, compete ao Tribunal Pleno processar e julgar originariamente as revisões de sentenças normativas.
 - (C) Compete ao Tribunal Superior do Trabalho julgar, em única instância, as reclamações contra atos administrativos dos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve dos trabalhadores, exceto o *lockout*.
 - (E) É competência das Turmas Recursais dos Tribunais Regionais do Trabalho processar e julgar, em última instância, os agravos de instrumento interpostos em face de decisões das varas do trabalho.

